



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

CÂMARA DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Ata da 68ª reunião ordinária, realizada em 25 de agosto de 2022

Em 25 de agosto de 2022, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Industriais (CID) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Participaram o Presidente Fernando Baliani da Silva, representante da Semad e os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Representantes do Poder Público: Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Felipe Oliveira de Carvalho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Andrea Greiner da Cunha Salles, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Nilson Moreira, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Davina Márcia de Souza Braga, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Minas Gerais (Crea-MG). Representantes da Sociedade Civil: Mariana de Paula e Souza Renan, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Jadir Silva Oliveira, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig); Marcos Souza Guimarães, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Paulo José de Oliveira de Oliveira, da Associação Pró Pouso Alegre (Appa); Walkiria Lima Ribeiro Machado, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Fernanda Raggi Grossi Silva, do Centro Universitário Una. O Presidente Fernando Baliani da Silva (Semad) constatado o quórum regimental pela Secretaria Executiva, dá início à reunião, convidando aos presentes a se posicionarem para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DE HINO NACIONAL BRASILEIRO. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O Presidente Fernando Baliani da Silva declarou aberta a 68ª reunião ordinária da Câmara de Atividades Industriais - CID, do Copam, às 9h19min. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Fernando Baliani da Silva (Semad): "Passo a palavra aos senhores Conselheiros, caso queiram fazer alguma manifestação". Não havendo manifestações o Presidente Fernando Baliani da Silva faz a leitura do item **4) EXAME DA ATA DA 67ª RO DE 28/07/2022.** Aprovada pela maioria a Ata da 67ª reunião ordinária da Câmara de Atividades Industriais, realizada em 28 de julho de 2022 com as alterações propostas pela conselheira Mariana de Paula e Souza Renan (Fiemg) na linha 88 onde se lê "quando a lagoa de estabilização em 150mg/L", leia-se "quando se trata de lagoa de estabilização é 150 mg/L"; linha 94 excluir "O que eu" e iniciar a frase com "Eu acredito"; linha 95 onde se lê "mas foram considerados como intempestivamente, mas foram entregues.", leia-se "por isso devem ser considerados

34 como intempestivamente, pois foram entregues."; linha 99 incluir "os conselheiros" após
35 a palavra "esclarecer" e colocar ".", iniciando a próxima frase com "Também"; linha 126
36 onde se lê "que dispõe que a penalidade", leia-se "que dispõe sobre a penalidade"; linha
37 127 onde se lê "que a penalidade"; leia-se "que há penalidade"; linha 448 incluir "que"
38 após "Nós trabalhamos aqui, para"; linha 454 onde se lê "dos laudos terem sido", leia-se
39 "mesmo que os laudos tenham sido desconsiderados"; linha 469 onde se lê "foi dito não
40 parecer", leia-se "foi dito no parecer"; linha 470 excluir "tem que trabalhado"; e linha 481
41 onde se lê "terem sido", leia-se "ter sido". **Votos Favoráveis:** Segov, Sede, Seinfra,
42 Codemig, Crea-MG, Fiemg, Siamig, Mover, Appa, OAB-MG e Una. **Ausente:** SEF.
43 **Presidente Fernando Baliani da Silva (Semad):** "Antes de iniciar a leitura dos itens da
44 pauta, questiono se algum conselheiro aqui presente se declara impedido ou suspeito de
45 deliberar em algum dos itens, conforme estabelece a Lei nº 14.184, de 2002 e a
46 Deliberação Normativa Copam nº 177, de 2012. Não havendo manifestações, como de
47 costume eu farei uma inversão do item 5 da nossa pauta considerando um retorno de
48 vistas e como é já recorrente nós faremos a leitura dos itens com potencial de serem
49 deliberadas em bloco e depois retornaremos aqueles em que houver destaque ou retorno
50 de vistas. Então o item 5.1 estou invertendo a pauta". **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO
51 PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE
52 OPERAÇÃO: 5.1 Frisa Frigorífico Rio Doce S.A. - Abate de animais de médio e grande
53 porte (bovinos); Industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e preparação
54 de conservas; Processamento de subprodutos de origem animal para produção de sebo,
55 óleos e farinha; Pontos de abastecimento de combustíveis; Secagem e salga de couros
56 e peles - Nanuque/MG - PA/Nº 00406/1997/010/2017 - Classe 6. Apresentação: Supram
57 LM. Presidente Fernando Baliani da Silva (Semad): "O retorno de vistas foi solicitado pela
58 Fiemg, naquele momento solicitado pela conselheira Lidiane, e hoje como retorno de
59 vistas pela conselheira Mariana. Pois não, conselheira, a palavra é sua". Conselheira
60 Mariana de Paula e Souza Renan (Fiemg): "Esse é um processo administrativo para exame
61 de alteração de condicionante. Esse processo foi a julgamento na mesma 67ª Reunião
62 Ordinária dessa Câmara e foi objeto de pedido de vistas pela conselheira Lidiane. Foi
63 concedida por essa CID a Licença de Renovação e Operação da empresa, válida até 6 de
64 dezembro de 2030, no qual foi estabelecida a condicionante nº 4 que é objeto do nosso
65 debate. Vou fazer a leitura da descrição da condicionante: "*Apresentar relatório técnico
66 fotográfico com fotos datadas no galpão de armazenamento construído em APP conforme
67 descrito no AI nº 94033/2017 a fim de comprovar a suspensão das atividades (até a
68 decisão administrativa do referido AI). Prazo: 30 dias após a concessão da licença*".
69 Analisando os autos verificamos que o empreendedor de forma tempestiva solicitou a
70 dilação do prazo para cumprimento da condicionante nº 4 e solicitou também uma
71 correção na redação da descrição da condicionante, tendo em vista que o Auto de
72 Infração referente estava equivocado. O Auto de Infração não é o nº 94033/2017 e sim o
73 nº 94034/2017. A Supram LM, através do seu Parecer nº 64, analisou o pedido do**

74 empreendedor e apresentou duas condicionantes em substituição à condicionante nº 4
75 como proposta. A descrição da primeira: *“Comprovar a paralisação imediata do galpão*
76 *com apresentação de relatório técnico fotográfico com prazo de 30 dias após aprovação*
77 *do Parecer”*, que é esse que nós estamos analisando aqui. A descrição da segunda
78 condicionante: *“Comprovar a demolição e destinação ambientalmente adequada dos*
79 *resíduos da demolição do galpão com apresentação também de relatório técnico*
80 *fotográfico com prazo definido também de 30 dias após aprovação do Parecer”*. Acredito
81 que os conselheiros tiveram a oportunidade de ler o nosso relato de vistas e é importante
82 destacar a motivação que levou à implantação desse galpão num primeiro momento, que
83 foi a complexidade da escolha de local para um novo galpão apropriado. Tudo isso,
84 segundo o empreendedor, segue uma aprovação minuciosa de projeto pelo Ministério da
85 Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa. Então não é um processo muito simples.
86 Não está em discussão aqui a questão do desfazimento do galpão, mas sim dos prazos
87 que foram estabelecidos para isso. A construção desse galpão a princípio foi motivada por
88 exigência do serviço de Inspeção Federal do Mapa. Então eles visam o atendimento de
89 diversos parâmetros de controle de qualidade praticados no mercado internacional. Esse
90 galpão é destinado ao armazenamento temporário de embalagens secundárias, ou seja,
91 são embalagens utilizadas durante o processo produtivo. Elas precisam ser armazenadas
92 em edificação específica e existe diante dessa obrigação de desfazer esse galpão, a
93 necessidade de construção de outro para que a empresa continue atendendo às
94 exigências da legislação. Então é uma atividade complexa, que entendemos que vale a
95 nossa atenção. Vou fazer uma leitura breve das nossas conclusões tendo em vista que os
96 produtos da Frisa são de origem animal, e ainda que o empreendimento realize o
97 comércio interestadual e internacional, a inspeção e a fiscalização são de competência do
98 Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal e do Serviço de Inspeção
99 Federal, também vinculados ao Mapa. Com o objetivo de garantir a segurança alimentar,
100 a inspeção e a fiscalização industrial sanitária levam em consideração a verificação de
101 cada estrutura utilizada no processo produtivo. A ampliação, remodelação, construção
102 nas dependências das instalações do empreendimento precisam passar por aprovação
103 prévia de projeto visando a garantia de todos os critérios sanitários. A solicitação de
104 dilação dos prazos para cumprimento das condicionantes decorre da necessidade de
105 elaboração de projeto para aprovação do Mapa nos termos do artigo 33 do Decreto nº
106 9013/2017 para construção de galpão em local adequado às normas ambientais de
107 inspeção sanitária federal de segurança alimentar, além do tempo necessário para
108 desmobilização da atividade desenvolvida no local e demolição propriamente dita, que
109 deverá ocorrer de forma controlada, a fim de garantir que não haja impacto no curso
110 d’água próximo ao local e também para evitar contaminação dos produtos
111 industrializados pelo empreendimento. A Fiemg apresenta um relato acolhendo a
112 descrição das condicionantes que a Supram Leste apresentou e solicitando a dilação do
113 prazo para a primeira condicionante. Vou fazer a leitura novamente: *“Comprovar a*

114 *paralisação do galpão com apresentação de relatório técnico. O prazo sugerido é de 365*
115 *dias após aprovação deste parecer, tendo em vista que é necessária uma aprovação de*
116 *um projeto específico para isso”. Por essa razão acolhemos a dilação do prazo sugerido*
117 *pelo empreendedor. Segunda descrição da condicionante: “Comprovar a demolição e*
118 *destinação ambientalmente adequada dos resíduos da demolição do galpão também com*
119 *apresentação de relatório técnico fotográfico. Para esta condicionante sugerimos até 60*
120 *dias após a paralisação da atividade do galpão”, tudo isso para que esse galpão seja*
121 *desativado de forma ambientalmente correta seguindo todos os protocolos que constam*
122 *na legislação. Inclusive eu solicito, caso o empreendedor esteja presente e queira fazer*
123 *algum adendo à minha fala, eu gostaria de ouvi-lo sobre as particularidades desse projeto*
124 *e a complexidade”. José Carlos Pereira da Silva (Inscrito): “Quando a gente recebeu a*
125 *redação das condicionantes e vimos a necessidade de desocupar o galpão, fizemos uma*
126 *reunião urgente com a diretoria, explicamos toda situação, analisamos a planta e*
127 *convidamos a diretoria para vir também aqui na unidade, para verificarmos os pontos*
128 *possíveis para gente construir um novo galpão. Nossa planta não é muito larga e nem é*
129 *totalmente plana, tendo ainda assim uma dificuldade. Aqui na empresa, os caminhões*
130 *boiadeiros entram numa rua à direita do frigorífico, chegam até o final lá no curral, fazem*
131 *o desembarque, os caminhões são lavados e saem por uma rua à esquerda do frigorífico,*
132 *onde passa em frente onde, hoje está localizado o galpão. Só para caracterizar, o Frisa*
133 *tem a matriz em Colatina, no Espírito Santo, tem 54 anos de fundação. É o frigorífico mais*
134 *antigo em atividade com o mesmo CNPJ. A planta de Nanuque, tem uns 44 anos e a de*
135 *Teixeira de Freitas, na Bahia, tem quase 30 anos e tem um CD (1:25:48) no Rio de Janeiro.*
136 *A Frisa está presente em 4 estados e emprega no total em torno de 3,2 mil colaboradores.*
137 *Aqui estamos numa cidade com 41.000 habitantes e essa planta tem capacidade de abate*
138 *750 animais/dia e habilitação para exportar para mais de 60 países. Durante 26 anos o*
139 *Frisa Nanuque exportou para Israel um abate religioso, foi pioneiro, chamado abate*
140 *kosher e atualmente além da China que é o principal mercado comercial, exportamos para*
141 *Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos e alguns países da América Latina. Então a gente*
142 *compra gado de aproximadamente 100 cidades em um raio de 400 km aqui de Nanuque,*
143 *no Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e Vale do Rio Doce. Só em caminhões*
144 *boiadeiros são de 38 a 45 por dia transportando tanto gado confinado como gado gordo*
145 *para abate. Container a gente tem uns 15 a 20 por semana. Então todas essas pessoas*
146 *utilizam muito a rede hoteleira da região, restaurantes, postos de combustíveis e demais*
147 *comerciantes e prestadores de serviços, e nós temos além disso vários terceiros*
148 *prestando serviços na unidade, tanto de outras cidades, quanto empresas na própria*
149 *cidade de Nanuque. Empresa de Nanuque praticamente só trabalha com a Frisa. Nessa*
150 *unidade empregamos hoje 1.035 colaboradores diretos e gera muitos empregos indiretos*
151 *no município e na região. Como já foi falado temos o serviço de Inspeção Federal na planta*
152 *e todas as mudanças de projeto devem ser previamente comunicadas. Então sugerimos*
153 *instalar um galpão próximo aos currais, que a gente tem uma área boa lá que dá para*

gente fazer uma terraplanagem e instalar o galpão. Só que em frente a essa rua passam os caminhões para desembarcar e foi identificado que a gente poderia ter um contra fluxo e pelas normas de segurança alimentar os caminhões carregados de boi são considerados sujos e eles passando em frente ao galpão de embalagens, que é considerada uma área limpa, poderia gerar não-conformidade. Essa planta é muito auditada pelo Mapa, tendo auditoria para certificação essas habilitações, certificações de bem-estar animal também e certificações independentes como uma britânica, a BRC e tem muitos clientes que só compram se tivermos passado nessa auditoria. Estamos há três anos no nível AA que é o nível máximo de qualidade em segurança alimentar e o ano que vem essa auditoria vai ser não anunciada. É uma situação que tem que ser revista todo dia a gente tem que ficar se preocupando com segurança alimentar. Diante dessa impossibilidade de um local mais adequado, e a gente considera também que a gente não precisa de uma área só para construir o galpão, mas tem que ter uma área na frente para estacionar uma carreta, para desembarque das embalagens, para fazer uma manobra, carregar os caminhões da unidade, para expedir esse material para os diversos setores, etc. Então não está sendo muito fácil encontrar esse local onde a gente possa fazer isso. Então a gente decidiu solicitar um prazo maior para encontrar essa solução e resolver isso, a gente quer ficar de acordo com o meio ambiente, ficar de acordo com a Inspeção Federal do Mapa, de acordo com as auditorias que a gente recebe para segurança alimentar e o nosso objetivo maior é garantir a continuidade do negócio que é muito importante para a economia da nossa região, que gera emprego e renda. Muito obrigado”. Fernanda Almeida (Inscrita): “Eu acredito que a fala do José Carlos já foi importante e já abordou todos os pontos relevantes que eu queria trazer hoje para vocês e principalmente em relação aos desafios que o empreendedor lida diariamente e os riscos e os prejuízos que a paralisação do galpão vão gerar de forma imediata. O galpão é essencial para a manutenção da atividade do empreendimento e eu só queria apresentar para os senhores que é para tentar facilitar a decisão, e uma decisão favorável em relação à nossa solicitação de dilação. Essa área é uma Área de Preservação Permanente, mas já era uma área de uso industrial e uma área útil da planta. Então quando eles fizeram a construção do galpão não ocorreu a retirada de vegetação ou desmatamento e ali já era uma área de trânsito e uma área de suporte. Digo isso para demonstrar que a manutenção do galpão por este prazo que nós requeremos ou se a demolição e a paralisação ocorrer daqui 30 dias não gerarão maiores prejuízos e impactos ambientais. E outra coisa que é importante refletir, é que a gente precisa colocar na balança os prejuízos e os impactos da demolição que o empreendedor e a sociedade vão suportar com essa paralisação. E o José Carlos conseguiu demonstrar para você todas essas questões. A gente pode também apresentar as questões econômicas, que a gente não está em um momento econômico favorável e que a exportação de carne é muito importante para a economia, é âncora de potência no inventário e empregabilidade e é muito sensível a gente permitir que essa paralisação ocorra nesse prazo tão curto. A gente precisa dessa dilação porque o projeto que a gente

194 precisa apresentar para o Mapa e para os serviços de inspeção é um projeto do local e de
195 atendimento de todos os parâmetros de qualidade nacional e internacional em segurança
196 alimentar, então a gente precisa desse prazo para elaboração, análise, vistoria, aprovação
197 do projeto. Então é uma situação muito complexa e não é razoável e nem factível que
198 ocorra tudo isso 30 dias: paralisar demolir e construir um novo galpão. Então a gente
199 precisa desse prazo para que o empreendimento não fique paralisado. Requeremos a
200 concessão desse prazo para que a empresa consiga cessar as atividades do galpão com a
201 destinação para outro local. Essa é minha fala, agradeço a todos e bom dia.” Elias
202 Nascimento de Aquino Iasbik (Supram LM): “Nosso esclarecimento é muito simples.
203 Quando foi deferida a licença do empreendimento, não houve pedido ou sequer análise
204 para regularização das intervenções irregulares realizadas na APP. Como se trata de uma
205 ocupação irregular, ou seja, não foi autorizada o uso da APP, a restrição quanto ao uso é
206 uma decorrência da própria lei. Uma vez aplicada a suspensão das atividades nas áreas
207 intervindas, não há autorização normativa para permanência. O empreendedor
208 apresentou esse requerimento de dilação por 365 dias e já fazem bem mais que os 365
209 dias. Então a manifestação da Supram é contra a dilação porque não autorização legal
210 para a manutenção desse uso, nós não poderíamos nos manifestar no sentido de atender
211 a esse posicionamento para permanecer o uso do galpão porque é um uso que não é
212 autorizado pela lei. A nossa manifestação se lastreia no Princípio da Legalidade”.
213 Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan (Fiemg): “Agradeço os esclarecimentos,
214 estão perfeitos, acho que as colocações de vocês são essas mesmo. Mas nesse caso eu
215 não vejo que votando essas alterações de prazo, que a gente vai permitir o alastramento
216 de uma situação irregular. Eu vejo que situação irregular já foi atestada, o empreendedor
217 que foi autuado por isso e de fato não está sendo discutida a permanência do galpão. O
218 que eu vejo é uma série de argumentos e processos que estão envolvidos, inclusive
219 abarcados numa legislação federal atrelada a um projeto que o Mapa exige, para que se
220 dê de fato a desativação do galpão. Nós precisamos tomar muito cuidado porque até
221 mesmo a determinação da desativação de uma atividade que estaria irregular ela precisa
222 ser feita com cuidado e diante dos argumentos que o empreendedor trouxe e com base
223 na própria legislação que ele precisa cumprir, eu não vejo por que não estabelecer essa
224 dilação para que o galpão seja desativado de forma correta. Entendo a Supram, acho que
225 vocês estão corretos, é uma situação regular mas vejo que essa determinação por parte
226 do Conselho não seria para que continuasse, para permitir uma situação irregular, na
227 verdade é uma desativação, um cronograma de desativação. Então essa minha pergunta
228 vai para a Supram: diante de todos esses argumentos, dos projetos que tem que ser
229 atendidos, do galpão que vai ser feito de forma regular vocês não veem a possibilidade
230 de dilação de prazo? Mesmo porque é necessário, eu me preocupo muito com a
231 segurança ambiental, principalmente do curso d’água que está próximo dali. Então diante
232 de todos esses argumentos, fico tendenciosa de fato a votar uma dilação, mas não, jamais
233 em manter, em permitir uma situação irregular, mas em tomar os cuidados para que ela

seja desfeita de forma correta. Suponhamos, não foi o caso, que tivesse acontecido uma supressão vegetacional irregular. Então nós teríamos uma autuação do empreendedor e provavelmente uma medida administrativa de apresentação de um PTRF para uma recomposição. Essa recomposição é feita em 30 dias? Não é, existe um cronograma de execução para que isso seja feito. Eu vejo essa situação do galpão muito similar a isso. A decisão de desfazer o galpão já foi tomada, a irregularidade já foi identificada e agora ter um cronograma factível com base na própria de legislação para que isso seja feito. Somente isso”. Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho (Segov): “Eu só quero entender um pouco o cenário, para eu ter certeza. Foi a construção de uma estrutura sem autorização em APP, e ainda está pedindo dilação de prazo para retirada, sendo que já sabem faz algum tempo que isso era ilegal e que não poderia ter feito isso? Eu concordo com o que a Mariana falou, que é para a retirada segura, etc., mas aparentemente eles já deveriam ter posto em prática já há algum tempo, porque tomaram conhecimento na entrada de pauta desse processo, que isso era irregular”. Elias Nascimento de Aquino Iasbik (Supram LM): “Alguns esclarecimentos adicionais no seguinte sentido: o Auto de Infração contempla a demolição. Não cabe ao conselho, nesse caso, decidir sobre a aplicação das penalidades. Então a medida de demolição se efetivará a partir da decisão definitiva no Auto de Infração. Há um recurso pendente de análise, mas isso é coisa que em razão do fluxo que a gente está executando para tentar também aliviar o passivo processual dos Autos de Infração. Esse prazo que foi dado inicialmente pelo Copam para remoção dessas esculturas da Área de Preservação Permanente é uma medida que visa devolver a condição de regularidade plena para o empreendimento. Em momento nenhum o Copam autorizou a continuidade do uso do galpão. E respondendo à Conselheira da Fiemg, em uma situação regular existe a possibilidade de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, que através dele é possível definir prazos e cronogramas para readequação do empreendimento. Mas não temos registros de que o empreendedor tenha solicitado autorização para regularização. Não vou dizer que existe a viabilidade legal para regularizar essa intervenção em APP, mas em um cenário em que houvesse a previsão legal, o adequado é que o empreendedor tivesse se diligenciado para formalizar o requerimento, desde que ele vislumbrasse a possibilidade de regularizar. Não vislumbrando a possibilidade de regularizar, à medida que cabe é ajustar a conduta, que consiste exatamente na remoção desse galpão e na destinação ambientalmente adequada e recuperação da área. Então a condicionante pode estar descumprida se os senhores confirmarem o indeferimento do pedido, mas ainda existe a opção do empreendedor naturalmente de buscar a assinatura de um TAC, e isso não me compete decidir porque não é atribuído a mim o poder de assinar TAC, mas existe o instrumento legal para readequar o empreendimento, assim como foi tentado via condicionante pelo Copam, ao definir prazos para efetivar a demolição e deixo claro novamente que não se autorizou o uso do galpão em APP, por ser irregular e ilegal naquele momento, e que o empreendedor dispõe de alternativas e que desde que a licença foi dada, ele dispunha de

tempo hábil para buscar junto aos entes que regulam a atividade industrial. Mas é algo que deveria estar buscando desde sempre, mas também não se fecha as portas para regularizar a situação do empreendedor, para devolver a ele a plena regularidade, se houver a possibilidade, ou promovendo a demolição. E o único instrumento que autoriza definir cronograma para adequação Ambiental do empreendimento é o TAC”. Presidente Fernando Baliani da Silva (Semad): “Conselheira Mariana, eu entendi que a Supram LM não coaduna da proposta de dilação do prazo. Embora seja prerrogativa dos conselheiros propor isso, que a gente poderia deliberar após o mérito da concessão ou não da licença ambiental, me parece que o TAC é um caminho possível, embora não haja como garantir a assinatura desse instrumento, mas ele está previsto e se mostra suficiente e eficaz para regularizar essa situação. Questiono se há interesse da conselheira em propor alteração da condicionante ou se nós podemos colocar em deliberação e não discutir o mérito da prorrogação do prazo da condicionante”. Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan (Fiemg): “Compreendo a situação do TAC, mas o vejo passível de uma conduta que seria ajustável, ou seja, se fosse passível de regularização, nós não estaríamos falando na demolição do galpão. Então talvez essa iniciativa tempestiva do empreendedor, uma vez estabelecida a condicionante de pedir a prorrogação do prazo, nós estaríamos talvez diante de uma situação *sui generis* tendo em vista que não seria o TAC, porque não estamos diante de uma situação regularizável, mas de uma situação que para haver o cumprimento, e nós não discutimos a necessidade do desfazimento desse galpão. Na via de condicionantes isso foi proposto, então teremos que discutir nessa via. É o caso de TAC? Mesmo não se tratando de algo regularizável, há possibilidade de cumprir isso dentro de um cronograma? Isso vai mais de um procedimento da via de vocês, porque esse prazo de 30 dias, diante de tudo que foi apresentado pelo empreendedor, ele se mostra insuficiente, e existe um pedido do empreendedor, mesmo ciente que está aguardando o “Ok” para saber se já pode seguir esse cronograma e como vai seguir esse cronograma da parte de vocês. Então nós estamos diante de uma situação que não é regularizável, é uma construção que já foi definida a demolição, não discutimos sobre isso, mas é necessário um cronograma, então eu não vejo a via de TAC como viável, mas se for um TAC, a Supram se compromete a assiná-lo? Porque o que a Fiemg se preocupa na verdade é com a segurança do desfazimento desse galpão. São protocolos, inclusive federais que precisam ser observados. Somente essa observação, mas como nos foi apresentado aqui na via de condicionante, se foi estabelecido um prazo, existe um cronograma e a Fiemg vai insistir no acolhimento do prazo que foi proposto conforme o Relato de Vista”. Conselheira Walkiria Lima Ribeiro Machado (OAB-MG): “Diante das considerações que foram feitas pela conselheira Mariana da Fiemg acerca de questões relacionadas à segurança na desinstalação deste galpão, acredito que por um lado 30 dias possa não ser suficiente, mas por outro, 365 é um tempo muito extenso. O meu questionamento vai para a Supram. Ela entende que nesses 30 dias é possível desativar, demolir e fazer tudo sem maiores prejuízos à Área de Proteção Ambiental? Minha

preocupação é com a questão da segurança e de que o processo seja feito de forma segura. Sei que tem um cronograma, mas acredito sim, que 365 dias é um tempo muito extenso. Mas por outro lado me preocupa apenas os 30 dias. Aí vai meu questionamento para a Supram". Elias Nascimento de Aquino Iasbik (Supram LM): "Vou fazer uma abordagem sobre o que a conselheira representante da Fiemg manifestou. Em relação à viabilidade do TAC, nem sempre o TAC visa autorizar o funcionamento de determinadas atividades. É próprio do TAC que inclusive ensejou aquela ação civil pública que determinou a suspensão da assinatura de TAC pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente para viabilizar a assinatura do TAC, porque havia o entendimento inicial de que o TAC só poderia autorizar medidas de controle ambiental e não funcionamento dos empreendimentos irregulares. Mas na verdade pela disposição da Lei, ele viabiliza tanto uma coisa quanto outra. O que nós temos hoje é a utilização de um galpão de maneira irregular e o empreendedor afirma que não tem condições de promover essa suspensão do uso irregular do galpão, desativação, demolição e destinação. Do ponto de vista legal, já respondendo à conselheira Walkiria, não há como nós nos manifestarmos quanto a essa prorrogação exatamente porque nós não temos previsão legal para isso. Mas é possível sim um TAC para devolver a plena regularidade para empreendimento. De acordo com as informações prestadas, vamos imaginar que o empreendedor solicite, apresente as informações sobre o que é necessário, o passo a passo do que deve ser praticado junto às entidades, para que seja readequado projeto para aprovação e daí apresentar esse requerimento para a Supram. Então vamos imaginar o cenário: o empreendedor apresente o cronograma e nele se indique quais são as ações que serão executadas durante aquele período. A Supram analisando essa proposta de cronograma, identificando que não ocasionará degradação, que há condições de Controle Ambiental nas medidas propostas, o empreendedor poderia em tese, desde que assinado o TAC, a continuar fazendo uso do galpão. Isso não quer dizer que vai se regularizar. Então pode ser para que ele, durante o período permaneça fazendo uso, mas com compromisso e cumprimento de etapas para efetiva desocupação dessa área. O TAC nesse caso vale para que o empreendedor continue desenvolvendo suas atividades na configuração atual irregular em alguma medida e depois para que seja devolvida a plena regularidade em razão da atuação do empreendedor no sentido de desocupar uma área de proteção. Então é possível que o TAC viabilize a continuidade de uso dessa área sem que com isso se presuma uma futura regularização dessa intervenção em APP. Não temos condições de dizer que o prazo poderia ser estendido, porque é uma situação ilegal e nós não podemos recomendar aos senhores, como órgão de assessoramento, que autorizem a permanência desse uso. O que nós podemos garantir enquanto equipe de análise, é que nós coordenamos chefias de equipe que trabalham com análise de requerimento de TAC. O que nós podemos garantir, desde que o empreendedor apresente um cronograma com o requerimento, é que nós podemos nos comprometer a dar máxima celeridade nessa análise e submeter à autoridade competente, que é o superintendente da Supram LM,

que tem delegação de competência pela excelentíssima Secretária de Estado para assinatura de TAC nos processos competentes da Supram. Então o que nós podemos garantir é que nós daríamos celeridade nesta análise e submeteríamos à autoridade competente com a maior brevidade possível. Quanto ao mais, os senhores podem por outros fundamentos tomar a decisão que lhes pareça mais adequada, mas nosso assessoramento tem que se basear estritamente nas previsões da lei”. Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira (Codemig): “Nesse caso eu me preocupo basicamente com a interrupção do funcionamento da empresa, potencialmente falando. São praticamente 3% dos empregos da população de Nanuque. São 1.100 empregos diretos em uma cidade que tem 40 mil habitantes. O TAC para retirar o galpão é até possível, porque em até seis meses conseguem tirar. Em 30 dias eu acho que temerário, porque você pode ter até um vazamento de produtos químicos e isso seria um problema para o meio ambiente, mas construir outro galpão não é possível em 30 dias porque aí depende da assinatura do TAC, já que a Supram se compromete a acelerar o processo, pelo menos. Eu tenho uma experiência de TAC que levou três meses para ser assinado, tinha muita diária correndo... O Mapa, para aprovar um novo galpão, não é fácil. Depois que se entra com todo projeto - fazer o projeto já não é fácil - eles levam no mínimo três meses para aprovar, é complicado. Então retirar um galpão e construir outro está atrelado e isso impacta diretamente no funcionamento da empresa. Finalizo com o seguinte: salvo engano, tem muitas condicionantes que a gente aprova que são para que a empresa tenha um prazo para cumprir a lei. Sabemos que está descumprindo, já foi detectado o descumprimento e é dado um prazo para ela cumprir. Quando se fala que vai ter que ser recomposta uma área que foi degradada, você dá um prazo para cumprir um PRAD, só que já houve o descumprimento da lei quando degradou a área. Então a aprovação do PRAD pelo Copam é que dá o caráter legal, é que justifica a existência do cronograma, então estou tendendo a votar pelos 365 dias. Obrigado”. Conselheiro Jadir Silva Oliveira (Siamig): “Uma ponderação. Com certeza 30 dias não é suficiente para desmontar um galpão e construir outro, isso aí é evidente que está ruim. Se o TAC traz condição para que o galpão continue sendo usado, o que é fundamental até que se construa o outro, porque o galpão já vem sendo usado há muito tempo. Não é a situação de hoje, de mais 365 dias, com a certeza que ele vai ser demolido nesse prazo é que teria problema. Mas se realmente se consegue estabelecer em um TAC a continuidade da operação desse galpão, que se for paralisado da noite para o dia em 30 dias, paralisa a operação, com certeza. Então eu acho que a alternativa de 6 meses para resolver continua sendo apertada. Então se é possível essa garantia, essa conversa, e o Elias faz isso muito bem, que o TAC contemple a operação desse galpão e o prazo para construção de outro, senão também vai um ano, vai dois anos e continua a mesma situação complexa. E nessa condição de se acertar que será feito o TAC, a condicionante perderia o seu objeto nesse momento. Se vai caminhar para o TAC não há necessidade de se condicionar em 30 dias. Posso até dizer, que seja assinado o TAC em 30 dias, se é possível administrativamente isso acontecer. Segundo o Elias coloca,

394 é possível, então vamos refletir também nessa possibilidade. Vejo como o Paulo Eugênio,
395 que caso não seja encaminhado para o TAC, que a gente tem que dar um tempo suficiente
396 para fazer as novas obras e não paralisar a operação”. Conselheira Verônica Ildefonso
397 Cunha Coutinho (Segov): “Entendo as várias alegações que foram colocadas aqui, mas
398 existe um negócio que se chama “risco do empreendimento” e ele estava ciente da
399 ilegalidade. Se isso perdura já há algum tempo, gostaria de saber da equipe técnica se
400 eles já perceberam alguma atitude do empreendedor de já iniciar a desativação desse
401 galpão, de iniciar a construção do outro ou se ele está simplesmente inerte até esse
402 momento, mesmo ciente da ilegalidade do ato praticado por ele”. Conselheiro Paulo
403 Eugênio de Oliveira (Codemig): “Acrescentando um ponto. Se o Auto de Infração ainda
404 está em análise, dependendo de recurso - pois ele é o documento que manda retirar o
405 galpão - isso não conta no caso do cumprimento da lei? Elias Nascimento de Aquino Iasbik
406 (Supram LM): “Como o conselheiro Jadir mencionou, o empreendedor nem sempre vai
407 ter o domínio sobre o desenrolar do processo que tramitará perante o Mapa. Em uma
408 eventual impossibilidade de cumprimento de prazo, é muito mais fácil a gente trabalhar
409 com dilação de prazo do TAC do que trazer para os conselheiros novamente deliberarem
410 sobre o pedido de prorrogação de prazo de condicionante. E seria um TAC extremamente
411 simples, não é um TAC que vai abordar todos os aspectos relacionados ao controle das
412 fontes poluidoras de empreendimento, que isso já é contemplado na licença. É preciso
413 que o empreendedor promova a solicitação, caso opte por essa opção. Naturalmente o
414 empreendedor não é obrigado a pedir um TAC, nem a Supram é obrigada a assinar, mas
415 nesse caso, como seria uma medida de adequação eu imagino que a autoridade
416 competente não veria óbice em assinar um TAC nesses moldes, com prazo e cronograma
417 para instalações do novo galpão e desativação, demolição e destinação ambientalmente
418 adequada dos resíduos. Com relação ao questionamento se o Auto de Infração se já
419 transitou em julgado e se isso implica na necessidade de demolir de imediato, uma vez
420 que se deve aguardar o trânsito em julgado do Auto de Infração, a gente está acelerando
421 as análises de AIs. A expectativa é que não tenhamos nenhum recurso e já foi interposto
422 recurso em relação a esse AI. Se for confiar no resultado do julgamento do recurso, o
423 prazo seria menor do que o que foi efetivamente proposto. A medida é realmente dar
424 oportunidade para que o empreendedor faça a adequação. Tanto o Auto de Infração
425 quanto o processo de licenciamento tramitam na Supram, então temos condições de
426 acompanhar o cumprimento dessa obrigação legal por parte do empreendedor sem que
427 isso se transforme num transtorno. Está sob nosso controle garantir que o empreendedor
428 consiga fazer essa regularização de maneira tranquila. Não há risco que o empreendedor
429 venha a ser atropelado. Após uma decisão definitiva, somos obrigados a notificar o
430 empreendedor, para que ele comprove a demolição. Porque o regulamento prevê que
431 uma vez definitiva, seja notificado da decisão para que o empreendedor promova a
432 demolição da obra irregular e comprove, sob pena de que o Estado mesmo faça e mande
433 a despesa para o empreendedor pagar. Então a gente sugere como alternativa, porque a

condicionante está descumprida caso os senhores decidam por não conceder a prorrogação. A consequência disso naturalmente é a aplicação das penalidades e não há informações de que o empreendedor tenha, durante todo período de vigência da licença com essa condicionante, que tenha se diligenciado para promover qualquer adequação ou modificação. É possível que ele esteja aguardando o julgamento do pedido de prorrogação, mas o tempo de análise desse pedido já supera inclusive o tempo que o empreendedor inicialmente propôs, e como eu disse é um TAC que seria extremamente simples e assim que eles protocolizarem, caso tem por essa alternativa, imagino que em menos de uma semana ele teria uma análise concluída sobre esse pedido de TAC. O pedido de TAC hoje é feito eletronicamente e o tramite é muito rápido, nesse caso não teria vistoria, é só mesmo vir o requerimento apropriado com o relatório e cronograma, com descrição das medidas de controle e dos riscos inerentes à ocupação da APP para que a equipe faça uma análise e elabore uma Nota Técnica para decisão do Superintendente. De nossa parte da DRCP, uma vez elaborada a Nota Técnica, a minuta do TAC fica pronta no mesmo dia. Então o que nos cabe fazer, a gente garante que a celebridade é a máxima possível. Todos os trâmites processuais a gente está agilizando, é o propósito da Secretaria de Meio Ambiente fazer com que todo o passivo de processo seja aniquilado em pouco tempo”. Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira (Codemig): “Eu discordo do Elias quando ele fala que o TAC seria mais tranquilo, por dois motivos: primeiro porque ele não tem como garantir o que vai acontecer, ele mesmo já falou isso. Em segundo porque o julgamento político é feito aqui no Copam. Tem uma parte do Conselho que está preocupada com os empregos que estão sendo gerados e isso pode não estar nas preocupações da Supram na hora de assinar o TAC. Então eu gostaria de ouvir o que o empreendedor prefere. Aumentar o prazo ou assinar o TAC”? Presidente Fernando Baliani da Silva (Semad): Conselheiro eu não oportunizar o empreendedor porque as possibilidades estão muito claras. Questiono se a Supram LM concorda, o mérito da deliberação não é licença, ela já foi concedida, é só tão somente a prorrogação do prazo da condicionante. Nós vamos compartilhar a tela de deliberação, vamos colocar a proposta da conselheira Mariana e o parecer originário da Supram LM, de forma que os conselheiros que votarem a favor do parecer da Supram LM concordam em não prorrogar o prazo. Quem votar contrário automaticamente estará concordando com a dilatação do prazo conforme a proposta da conselheira Mariana. Supram LM e conselheira Mariana, estão confortáveis com essa proposta? Elias Nascimento de Aquino Iasbik (Supram LM): “A Supram LM mantém o parecer disponibilizado sem aderir às propostas da conselheira Mariana e estamos plenamente de acordo com a forma de deliberação proposta”. Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan (Fiemg): “Finalizo com a nossa proposta porque o Elias falou que se nós estivermos não acolhendo a prorrogação, que o empreendedor seria autuado mais uma vez. Foi estabelecida uma condicionante no processo de renovação, que está equivocada. Talvez isso não deveria ter sido estabelecido no processo de renovação tendo em vista que decorre de um ato de demolição de um

próprio Auto de Infração como o Elias colocou. Então não seria o caso de excluir essa condicionante? Fiquei na dúvida, nós temos toda preocupação da correta demolição, da situação ambiental da região e dos protocolos que precisam ser cumpridos, mas se você não votar uma prorrogação ele é autuado, e se você votar pode não estar dentro do cronograma, então eu fiquei na dúvida. Se o TAC não é uma via mais correta, não é para excluir essa discussão aqui no Copam? Nós estaríamos deliberando sobre uma coisa que a gente não deveria e até questiono o porquê de ter sido inserido na via de condicionante. O próprio Elias colocou super bem, dizendo que não é possível estabelecer um cronograma e etc., a não ser que seja no TAC, então será que estaríamos discutindo isso na via correta? Tenho certeza que empreendedor vai procurar a Supram para assinar o TAC, e o Auto de Infração uma vez sendo julgado, os tramites administrativos vão ser seguidos, então eu questiono inclusive essa situação da gente votar uma dilação, não seria exclusão? Presidente Fernando Baliani da Silva (Semad): “Tenho convicção que discutir o mérito da legalidade não é oportuno aqui nessa via, seria um controle de legalidade com competência prevista da Secretaria Executiva do Copam”. Elias Nascimento de Aquino lasbik (Supram LM): “A alternativa de condicionar é uma alternativa, digamos, menos drástica do ponto de vista do licenciamento. No momento em que houve a constatação de edificação de uma estrutura irregular em APP no âmbito de um processo de renovação de licença, a medida que caberia dentre as alternativas seria o cancelamento da própria licença via Auto de Infração, ou eventualmente por deliberação da própria autoridade competente, por revogar a licença na medida em que o empreendimento estaria operando em desacordo com o que foi regularizado. Condicionar na renovação foi a opção proposta para que ele voltasse à situação de regularidade, para que ele voltasse a ser comportado nos limites do que estava licenciado anteriormente. Essa condicionante foi até oportuna para o empreendedor, porque concedeu um prazo para que ele desocupasse o galpão, para não ser drástico. Mas a princípio, o empreendedor por força do Auto de Infração deveria ter desocupado o galpão imediatamente. Então a previsão na licença foi um ato de graça do Conselho de dar um prazo para que o empreendedor desocupasse. Está certo que a decisão contra a efetiva demolição de maneira mais constrangedora se dá através do Auto de Infração e o licenciamento ao condicionar, deu ao empreendedor uma oportunidade de fazer com alguma tranquilidade”. Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira (Codemig): “Justamente em cima dessa linha que o Elias falou, se a gente dilatar o prazo eu acho que vai ser mais tranquilo do que o Auto de Infração que está em análise, porque o Elias já explicou que o prazo dele é imprevisto e eu queria acrescentar o seguinte: eu não trabalho na área jurídica, então há uma ADI, que é uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ela julgou o item III, artigo 2º, da Lei 20922 que trata de ocupação antrópica em APP, e ela julgou inconstitucional. Isso quer dizer, pelo que eu estava entendendo, agora o município que vai ter que dizer quais são as APPs que ele permite que seja construído e quais se ele vai mandar desocupar. Essa é a minha falha, alguém sabe se o município de Nanuque já tem uma lei local para isso? O inciso 3º do

artigo 2º já está transitado em julgado desde fevereiro deste ano. Eu queria saber se isso vale daqui para frente ou se é retroativo. O pessoal do Direito pode dizer melhor”. Conselheiro Paulo José de Oliveira de Oliveira (Appa): “A gente está em outras câmaras e percebemos quando é votado esse tipo de procedimento com problemas para a gente definir, é estranho a gente ver como alguns representantes votam. Quando a gente pede por exemplo, para pensar num processo sobre o PEA, os conselheiros votam contra porque é inconstitucional, porque não está na lei, e agora quando é para descumprir a lei eles querem que dilata prazo, quer que vai contra aquilo que é decidido. Aí na hora da gente votar o pedido, é que a gente pode também aprovar aqui, mas na hora que é o interesse do meio ambiente não é interesse a câmara votar. Então fica uma incoerência. Então se é a lei para votar, é a lei. Se a lei fala que é assim tem que ser assim. A Supram já colocou as questões, então não vejo porque ficar delongando o assunto. É colocar em votação e realmente cada um tem a sua tendência de voto mesmo e infelizmente é o que o voto decidir, porque realmente o negócio está colocado, já está dito, já está feito. Eu só gostaria de ponderar isso, tinha que ser coerente na hora dos votos. Se é para defender o meio ambiente muitos aqui votam contra, se é para ajudar a fazer uma coisa que está ilegal aí fica todo mundo querendo defender e querendo que negócio se imponha. Acho que a gente tem que pôr a mão na consciência, se a área é uma APP, porque um empresário vai lá e avança, porque ele faz? Ao invés de ele acatar a notificação, empurra com a barriga, espera passar por cima e agora quando chega aqui para votar ainda quer que dilata mais prazo ainda? É muita incoerência. Então na hora de colocar um PEA que não está na lei, porque não vota o PEA para a empresa fazer um trabalho bonito junto à comunidade, ao invés de avançar? Aí quando o cidadão que não tem proteção nenhuma invade uma área a Polícia vai lá e derruba tudo. Porque aí não foi derrubado? Então temos que ser mais coerentes com aquilo que a gente prega, com aquilo que a gente faz. Seria isso, desculpa se eu estou sendo chato na fala, mas eu sou preservacionista e fico muito chateado quando alguém ou uma empresa avança em uma área que é de preservação, independentemente se lá está preservado ou não. Se não está preservado, por que não recupera a área? Por que não mostra o contrário para a comunidade”? Presidente Fernando Baliani da Silva (Semad): “Apenas fazendo um esclarecimento para o senhor, no caso do PEA, a DN Copam 214 imputa a obrigação de apresentar o PEA aos Empreendimentos que instruem seu processo de licenciamento ambiental com EIA/RIMA. No entanto ela permite que a critério técnico a Supram, dentro de algumas especificidades desde que justificado e motivado, determine a exigência do PEA. Então nos pareceres que são trazidos aqui para deliberação e que o senhor propõe a condicionante do PEA, superou essa discricionariedade da equipe técnica da Supram, haja visto que existe a possibilidade e a proposta do senhor é legítima também por que é prerrogativa dos conselheiros fazerem essa propositura desde que não fira uma determinada legalidade. Não é o caso, haja vista que a DN traz essa possibilidade em caráter excepcional. Só fazer esse esclarecimento para quem nos acompanha e ainda não

tenha se deparado com essa situação”. Conselheiro Paulo José de Oliveira de Oliveira (Appa): É isso mesmo, a gente parte dessa prerrogativa mesmo, que a câmara pode aprovar. O que eu estou colocando aqui é que esses conselheiros votam contra, alegando discricionariedade, que não é lei, mas aí na hora de prejudicar a área ambiental, na hora de fazer ilegalidade, eles querem benesses. É questão de pôr a mão na consciência e fazer a coisa correta. Muito obrigado”. Conselheira Andrea Greiner da Cunha Salles (Seinfra): “Eu queria um esclarecimento do Elias, se a área do galpão está em área urbana, eu realmente fiquei em dúvida”. Elias Nascimento de Aquino Iasbik (Supram LM): “A informação que nós temos é de que é área rural. Aproveitando a oportunidade, retificando uma informação. Foi passado pela equipe que há uma solicitação de manifestação da Supram em relação à edificação de um novo galpão na área de empreendimento, de um aumento de área. Então a gente vai analisar esse pedido do empreendedor. Naturalmente a equipe técnica vai avaliar para aferir se há alteração na área de diretamente afetada prevista no licenciamento e se é o caso de submeter ao Copam para deliberação ou se é o caso apenas de registrar no processo de licenciamento. É só para atualizar a informação”. Presidente Fernando Baliani da Silva (Semad): “Estou entendendo que já temos condições de deliberar, acho que as possibilidades estão postas e eu gostaria de convidar para deliberação caso não haja nenhuma manifestação adicional e parece que já superamos a fase de esclarecimentos. Lembrando que a proposta é que nós façamos a seguinte dinâmica: o Parecer da Supram LM está posto, são contrários à dilação de prazo, e a conselheira Mariana da Fiemg está propondo uma dilação de prazo. Desta forma quem manifestar voto favorável está concordando com o parecer da Supram LM de não prorrogar e quem votar contrário estará concordando com a dilação de prazo. Lembrando que o TAC não é objeto dessa decisão, é um ato discricionário do Superintendente e uma opção para o empreendedor. Deferido o parecer da Supram Leste de Minas que foi contrário à prorrogação do prazo. Traduzindo, a solicitação do empreendedor originariamente de dilatar o prazo não foi aprovada por este conselho, mantendo os prazos originariamente na renovação da licença de operação”. Parecer deferido. **Votos Favoráveis:** Segov, Seinfra, Crea-MG, Mover, Appa e Una. **Votos Contrários:** Sede, Codemig, Fiemg, Siamig e OAB-MG. **Ausente:** SEF. **Justificativas dos votos contrários:** Conselheiro Felipe Oliveira de Carvalho (Sede): “Por achar que 30 dias não são suficientes para cumprir a condicionante”. Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira (Codemig): “Voto contrário. O julgamento nosso é político, estou pesando na balança os empregos que serão perdidos caso o empreendedor tenha que fechar o estabelecimento por causa das previdências futuras e também entendo que o descumprimento da lei, como a conselheira Mariana disse, já aconteceu. A lei vai ser cumprida. O que está em discussão é como fazer que essa lei seja cumprida com uma melhor possibilidade de manutenção do funcionamento da empresa”. Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan (Fiemg): “A Fiemg tem sempre a tendência e sempre terá em acompanhar seus votos pelo estrito cumprimento do dever legal e acompanhando a sustentabilidade

ambiental dos processos de desenvolvimento, entendendo a relevância do equilíbrio ambiental do território, a importância da preservação ambiental, o social, como bem colocado pelo conselheiro Paulo Eugênio e também a questão do próprio desenvolvimento econômico, tudo isso em equilíbrio, sem tendências e segundo a norma e todas as leis envolvidas. Por essa razão nosso voto é contrário de acordo com o relato”; Conselheiro Jadir Silva Oliveira (Siamig): “Vou votar contrário por entender que 30 dias de prazo não é suficiente, embora eu acho que o TAC é uma solução para cronogramas de prazo mais adequado para o cumprimento das condicionantes. Por essa razão eu voto contrário principalmente por achar que 30 dias também é inexequível o cumprimento da condicionante”; Conselheira Walkiria Lima Ribeiro Machado (OAB-MG): “O meu voto também é contrário. Entendo que no prazo de 30 dias não é possível o cumprimento da condicionante e não acredito que em 30 dias também consiga se concluir um procedimento relacionado à assinatura de TAC, pela minha experiência na área”. **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE INCLUSÃO DE CONDICIONANTE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO: 6.1 Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A./Usiminas - Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa - Ipatinga/MG - PA/Nº 00038/1983/126/2007 - Classe 6. Apresentação: Supram LM. RETIRADO DE PAUTA em 22/03/2018. Presidente Fernando Baliani da Silva (Semad)**: “Neste processo vou fazer uma exposição de motivos antes de manifestar minha decisão. É um processo que foi retirado de pauta em 22/03/2018 e naturalmente deveria retornar com os ajustes, caso fosse necessário, para que a gente pudesse deliberá-lo. Fato é que, em contato com a Fundação Estadual do Meio Ambiente, que foi quem motivou a necessidade de incluir essa condicionante, nos foi informado que a atuação a que se pretendia essa condicionante já está sendo desenvolvida por outros meios, que em relação à questão de emissões atmosféricas no entorno desse empreendimento, a Feam manifestou pela desnecessidade de manutenção da condicionante. Então entendemos que houve a perda de objeto, e diante desse fato eu vou manifestar dentro do que compete à presidência e informá-los que constará na publicação que a retirada de pauta por perda de objeto de forma, não sendo necessário o retorno deste processo em pauta, para que seja deliberado. Então, item 6.1 retirado de pauta. Solicito à Assessoria dos Órgãos Colegiados que conste na publicação, a motivação da retirada de pauta como perda de objeto”. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”: 7.1 Ímola Indústria e Comércio de Móveis Ltda. - Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz - Rodeiro/MG - PA/SLA/Nº 5839/2021 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram ZM. Sem destaques. Votação em bloco. Licença concedida. Votos Favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, SEF, Codemig, Crea-MG, Fiemg, Siamig, Mover, Appa, OAB-MG e Una. **8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA: 8.1 Ferguminas Siderurgia Ltda. - Siderurgia e elaboração de****

produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados e Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados - Itaúna/MG - PA/SLA/Nº 4983/2021 - Classe 6. Apresentação: Supram ASF. Sem destaques. Licença concedida. Votos Favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, Codemig, Crea-MG, Fiemg, Siamig, Mover, Appa, OAB-MG e Una. Ausente: SEF. **8.2 Rotavi Industrial Ltda. - Produção de ligas metálicas (ferroligas), silício metálico e outras ligas a base de silício - Várzea da Palma/MG - PA/SLA/Nº 2138/2021 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM. Eduardo Pena e Guilherme de Moraes (Inscrito):** “Queríamos fazer uma pequena observação em relação à condicionante nº 29. A gente queria pedir uma alteração de prazo para ela e uma revisão no texto. A gente gostaria de ouvir a equipe da Supram, se está de acordo. O prazo nela é para 30 dias e gostaria de pedir 60 dias e a alteração de texto. O texto original da condicionante é: “Providenciar o pagamento aos compromitentes da compensação e indenização em função do dano ambiental decorrente da operação dos fornos 01 e 02 sem sistemas de controle de emissões atmosféricas, no valor de R\$ 410.886,58”. A gente concorda com valor só queria acrescentar o seguinte: “O compromissário poderá substituir o pagamento pecuniário pela compra de materiais e/ou equipamentos, definidos pelo órgão ambiental, em valor não inferior a R\$ 410.886,58”. Então seria mais uma opção de estar pagando essa compensação ou indenização, e alteração do prazo de 30 para 60 dias. A gente passaria de saber da Supram se eles estão de acordo com essa proposta”. Gislando Vinícius Rocha de Souza (Supram NM): “De acordo com a alteração do texto e com o prazo da condicionante”. Licença concedida. Votos Favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, Codemig, Crea-MG, Fiemg, Siamig, Mover, Appa, OAB-MG e Una. Ausente: SEF. **8.3 Gerdau Aços Longos S.A. - Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa; produção de tubos de ferro e aço e/ou de laminados e trefilados de qualquer tipo de aço, sem tratamento químico superficial - Barão de Cocais/MG - PA/SLA/Nº 5620/2021 - Classe 6. Apresentação: Supram LM. Carlos Augusto Fiorio Zanon (Supram LM):** “É um pequeno erro material na capa do Parecer em relação à classe da atividade B-03-03-4. Consta que é Classe 4 mas na verdade é Classe 5. Na página 9 logo abaixo do Quadro 3, é um acréscimo de parágrafo: ‘Por meio de ofício (Id SEI 38118708), informa o empreendedor da existência de pátio de estocagem de matéria-prima (minério e carvão vegetal) externo à usina siderúrgica, localizado na Rodovia MG 436, Km 19, Bairro São José, Município de Barão de Cocais - Coordenadas Geográficas Latitude 19°55'56.16"S e Longitude 43°28'11.71"O, e área útil de 1,56 ha. Tal atividade fora licenciada originalmente através da AAF nº 01650/2018 – Código F-01-03-1 - DN COPAM nº 74/2004 (PA SIAM nº 33158/2012/002/2018), válida até 27/02/2022. Contudo, com o advento da DN COPAM nº 217/2017, tal atividade passou a ser dispensada de licenciamento’. Isso decorre em razão da preocupação do próprio

empreendedor, depois que o parecer foi publicado no sítio eletrônico da Semad, porque eles têm uma área externa à usina siderúrgica da Gerdau. Essa área é um pátio que hoje basicamente funciona como estacionamento de veículos de carga, mas que eventualmente pode ser utilizado para pátio de matéria-prima. Isso já foi licenciado via AF durante a vigência da DN 74. Essa atividade passou a ser dispensada e por isso a Supram entende ser possível esse acréscimo de parágrafo em razão da manifestação do empreendedor de um documento que já tinha sido apresentado via SEI em novembro do ano passado. Então por não ser listado mais, a Supram entende pelo não incremento de impactos além daqueles já descritos para a atividade siderúrgica de laminação e a gente manifesta pelo acréscimo desse parágrafo”. José Geraldo Coelho (Inscrito): “Nossa solicitação é em relação à condicionante nº 7. É uma instalação de despoeiramento no pátio de sucata, sendo dado o prazo de um ano e é um equipamento que necessita de fazer estudo, depois fazer projeto e depois confecção dos equipamentos de grande porte customizados, então juntamente com a área técnica entendemos que o período de um ano é insuficiente. Então a gente pede a dilação do prazo para dois anos, uma vez que depois de feito é preciso fazer a instalação e para fazer a instalação é necessária a paralisação parcial da área. Então a gente precisa de fazer algumas paradas porque não consegue fazer com o equipamento funcionando. É nesse sentido que a gente pede essa dilação para dois anos”. Carlos Augusto Fiorio Zanon (Supram LM): “A Supram não faz objeção à prorrogação do prazo solicitado, alterando de julho de 2023 para julho de 2024”. Licença concedida. **Votos Favoráveis:** Segov, Sede, Seinfra, Codemig, Crea-MG, Fiemg, Siamig, Mover, Appa, OAB-MG e Una. **Ausente:** SEF. **8.4 Frigorífico São Pedro Ltda. - Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc) - Uberlândia/MG - PA/SLA/Nº 641/2022 - Classe 5. Apresentação: Supram TM.** Sem destaques. Votação em bloco. Licença concedida. **Votos Favoráveis:** Segov, Sede, Seinfra, SEF, Codemig, Crea-MG, Fiemg, Siamig, Mover, Appa, OAB-MG e Una. **9) ENCERRAMENTO.** Em seguida, não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente Fernando Baliani da Silva agradece a todos pela participação e deseja um excelente dia e uma excelente semana. E na sequência declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada essa Ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Fernando Baliani da Silva da Silva
Presidente da Câmara de Atividades Industriais